

**ASPECTOS DISTRIBUTIVOS DO CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Tanajura Cruz Gimenes

BRASIL

1981

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

Relatório de Pesquisa
11/82



**ASPECTOS DISTRIBUTIVOS DO CRÉDITO RURAL
NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

María Auxiliadora de Carvalho
María Tanajura Cruz Gimenes

São Paulo
1982

INDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - METODOLOGIA	2
3 - RESULTADOS	2
3.1 - Distribuição de Crédito Rural por Divisão Regional Agrícola	4
3.2 - Distribuição do Crédito Rural por Tamanho de Propriedade	6
3.3 - Utilização do Crédito de Custeio Agrícola	13
3.3.1 - Algodão	14
3.3.2 - Amendoim	18
3.3.3 - Arroz	18
3.3.4 - Cana-de-açúcar para indústria	19
3.3.5 - Café	19
3.3.6 - Feijão	20
3.3.7 - Milho	20
3.3.8 - Soja	21
3.4 - Utilização do Crédito de Custeio Pecuário	21
3.5 - Utilização do Crédito de Investimento	21
4 - CONCLUSÕES	23
LITERATURA CITADA	27

ASPECTOS DISTRIBUTIVOS DO CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Tanajura Cruz Gímenes

1 - INTRODUÇÃO

O crédito rural no Brasil veio a se consolidar, no tocante a objetivos, estrutura, recursos e garantias, somente em 1965, embora sua origem date do tempo do império, tendo passado por diversas fases de evolução ⁽¹⁾.

A criação de diversos fundos para o financiamento agrícola, bem como a introdução do sistema bancário privado no sistema nacional de crédito rural, a partir de 1965, ampliaram os recursos destinados à atividade, fazendo com que os montantes financiados passassem a crescer a princípio paulatinamente, acelerando-se entre 1973 e 1976; este foi o ano em que maiores volumes de recursos reais foram concedidos ao setor. Os anos de 1977 e 1978 marcaram retração dos incentivos ao setor agrícola, com redução também do crédito rural em termos reais. Em 1979, com novo direcionamento dado à política econômica, volta o setor agrícola a ser destacado, marcando esse ano nova expansão do montante financiado ao setor, mas com maior crescimento do crédito de custeio.

Durante muito tempo o crédito rural tem sido criticado, sob as alegações de que beneficia apenas uma minoria dos produtores, de que é inflacionário, de que não tem dado o retorno esperado em termos de crescimento da produção do setor, de que os recursos subsidiados estão sendo desviados da finalidade para que são concedidos, de que tem gerado especulação imobiliária, além de outras.

Pesquisas como as de SILVA (9), ARAÚJO (1) e SAYAD (8) têm mostrado evidências de que o crédito rural vem se concentrando nas grandes pro

(1) O Sistema Nacional de Crédito Rural foi reorganizado em 1965 com a criação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional (6).

priedades.

GUITMARÃES (6) considera que ocorre incremento à assistência financeira aos produtores rurais apenas no sentido vertical, isto é, que o crescimento do crédito é feito em termos de valor, e não quanto ao número de beneficiários.

Para BELSHAW (2), "de uma maneira quase universal, nos países subdesenvolvidos, exceto quando existe uma política oficial que deliberadamente determine as coisas de outro modo, os agricultores mais ricos não são obtêm mais crédito, como também em melhores condições".

Dada a problemática do crédito rural em discussão, o objetivo central desse estudo é conhecer, além da alocação geográfica, a forma como vem sendo distribuído o crédito rural no Estado de São Paulo entre os diferentes tamanhos de propriedade, que, grosso modo, devem refletir a situação econômica do produtor rural, a fim de contribuir para a discussão das hipóteses levantadas acima.

Para isso, foram reunidas informações relativas à participação dos imóveis dos diferentes estratos de área no montante do crédito rural de custeio e de investimento, bem como ao número de imóveis beneficiados por esses créditos a partir do ano agrícola em que teve início a grande expansão do crédito rural, 1973/74, até 1978/79.

Para o ano agrícola 1978/79, foram acrescentadas informações mais detalhadas sobre crédito de custeio: quanto à área financiada das principais culturas, valor do financiamento concedido a cada uma delas, bem como referentes à atividade pecuária. Quanto ao crédito rural para investimento, as informações estão distribuídas entre formação de cultura, aquisição de máquinas e implementos, e outros investimentos.

Todo esse conjunto de informações, aliado a dados secundários de área cultivada, valor do financiamento, número de imóveis existentes, área ocupada pelos mesmos, e outros, objetivam retratar a forma como vem sendo distribuído o crédito rural, no Estado de São Paulo, entre finalidades e atividades, com enfoque ao tamanho de propriedade, considerando-se ainda o aspecto da regionalização para uma visão mais abrangente do problema.

2 - METODOLOGIA

Na obtenção dos dados, utilizou-se a amostra aleatória estratificada da utilizada para realização das estimativas e previsões de safra do Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que contém 5.646 propriedades rurais com área superior a 3,0ha, distribuídas entre onze estratos de área e dez Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), conforme CAMPOS & PIVA (3).

Para as análises efetuadas neste trabalho, os onze estratos de área foram agregados em três tamanhos: pequeno, de 3,1 a 30,0ha (estratos 03 a 06); médio, de 30,1 a 300,0ha (estratos 07 a 10); e grande, acima de 300,0ha (estratos 11 a 13). Note-se que a amostra exclui os imóveis de área inferior a 3,0ha.

Utilizou-se, basicamente, análise tabular e descritiva para a avaliação das informações obtidas.

Para o montante de crédito rural concedido, os valores obtidos revelaram-se subestimados em relação aos dados oficiais do Banco Central do Brasil (BACEN). Assim, os dados são apresentados em termos relativos, uma vez que mesmo apresentando erros de amostragem reduzidos, mostraram-se consistentes em termos de proporção, quando comparados com informações disponíveis, quer por região, quer por cultura, ou ainda com o valor concedido por tipo de instituição financiadora. Contudo, quando se utilizou valores, tomou-se como referência as informações oficiais do BACEN.

Note-se que as questões formuladas são referentes ao imóvel, e não ao proprietário; portanto, incluem tanto as respostas deste como as dos parceiros, arrendatários e quaisquer outras categorias de usuários da terra.

3 - RESULTADOS

Inicialmente é discutida a distribuição do total de Crédito de Custeio e de Investimento, tanto em valor como em número de usuários, por Divisão Regional Agrícola (DIRA) do Estado, e, em seguida, é efetuada a análise por tamanho de propriedade e por cultura no período de 1973/74 a 1978/79. A seguir, é desenvolvido um estudo mais minucioso da utilização do crédito de custeio no ano agrícola de 1978/79.

3.1 - Distribuição do Crédito Rural por Divisão Regional Agrícola

A distribuição média do valor e do número de usuários do crédito rural (custeio + investimento), no período de 1973/74 a 1978/79, indica que as DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Campinas, Presidente Prudente e Marília, em conjunto, concentraram mais de 53% dos imóveis rurais do Estado, e de 70% dos seus usuários, o que era de se esperar tendo em vista a importância da área cultivada das DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas.

Considerando todos os imóveis rurais, isto é, incluindo os cerca de 22% improdutivos (5), perto de 29% dos imóveis rurais do Estado eram usuários de crédito rural. É interessante observar que, enquanto nas DIRAs de São Paulo e Vale do Paraíba a proporção de imóveis rurais usuários de crédito rural foi de apenas 9,4% (média do período de 1973/74 a 1978/79), nas DIRAs de Ribeirão Preto e Marília esta proporção foi de 43%, indicando assim acentuadas diferenças na proporção de imóveis atendidos pelo crédito rural. As DIRAs de São Paulo, Vale do Paraíba e Sorocaba são aquelas em que menor parcela de agricultores utilizam crédito rural, pois com 37,5% do total de imóveis rurais existentes no Estado, englobam somente 17,8% dos usuários; nas duas primeiras regiões não chega a 10% o número de imóveis rurais atendidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (quadro 1). Certamente o caráter produtivo ou improdutivo das propriedades (5) é fator importante na explicação das diferenças apontadas.

No que diz respeito à distribuição do valor do financiamento tanto para custeio como para investimento, destaca-se como maior beneficiária a DIRA de Ribeirão Preto, com participação da ordem de 1/4 do total do crédito de custeio e pouco menos do de investimento, embora represente apenas 10% dos imóveis rurais do Estado (quadros 2 e 3), sendo interessante observar que em 1979 era ela responsável, também, por cerca de um quarto do valor da produção agrícola estadual (quadro 4). Em seguida, vem a DIRA de Marília que, com 8,4% do número de imóveis rurais, tem cerca de 43,1% deles como usuários de crédito rural, absorvendo 16% e 13% (em média) do volume de créditos de custeio e de investimento, respectivamente (quadros 1, 2 e 3), embora participasse com apenas 9,1% no valor da produção agrícola estadual (quadro 4); assim, essa região tem um maior acesso ao crédito rural, em termos de importância econômica, comparativamente a Ribeirão Preto.

Outras DIRAs importantes, em relação à sua participação no valor da

QUADRO 1. - Total de Imóveis Rurais e com Usuários de Crédito Rural por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Média de 1973/74 a 1978/79

DIRA	Imóveis rurais				Relação (c)/(a) (%)
	Total (1)		Com usuários de crédito rural (2)		
	Número (a)	% (b)	Número (c)	% (d)	
São Paulo	35.610	13,8	3.339	4,5	9,4
Vale do Paraíba	15.114	5,9	1.422	1,9	9,4
Sorocaba	45.979	17,8	8.534	11,4	18,6
Campinas	32.579	12,6	10.661	14,2	32,7
Ribeirão Preto	26.098	10,1	11.215	15,0	43,0
Bauru	11.859	4,6	3.923	5,2	33,1
São José do Rio Preto	31.875	12,4	11.814	15,8	37,1
Araçatuba	13.232	5,1	4.926	6,6	37,2
Presidente Prudente	24.021	9,3	9.732	13,0	40,5
Marília	21.588	8,4	9.298	12,4	43,1
Estado	257.955	100,0	74.864	100,0	29,0

(1) Imóveis com área acima de 3,0ha.

(2) Total de imóveis com usuários de créditos de custeio e de investimento agrícolas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

produção agrícola do Estado, são as de São José do Rio Preto, Campinas e Presidente Prudente (quadro 4). Essas DIRAs têm cerca de 37,1%, 32,7% e 40,5%, respectivamente, de seus imóveis com usuários de crédito rural (quadro 1), absorvendo parcelas expressivas dos créditos de investimento e de custeio no período em análise (quadros 2 e 3).

As DIRAs de São Paulo, Vale do Paraíba e Sorocaba, que no agregado respondem por cerca de 11% do valor da produção agropecuária de 1979 no Estado (quadro 5), apresentam em média pequena proporção de imóveis rurais usuários de crédito rural e reduzida participação nos financiamentos de custeio e investimento, no período em análise (quadros 1, 2 e 3).

Por último, a DIRA de Bauru, com 4,6% do número de imóveis rurais do Estado participa com 5,2% do total dos imóveis usuários de crédito (quadro 2) e com 5,0% e 5,4% do total dos créditos de custeio e de investimento, respectivamente, (quadros 3 e 4), tendo contribuído em 1979 com 4,4% do valor da produção agrícola do Estado (quadro 5). Esses dados indicam que essa DIRA teve, em média, 33% dos seus imóveis com usuários de crédito rural, uma distribuição mais proporcional entre as relações consideradas.

Analisando a distribuição dos créditos de custeio e de investimento entre as DIRAs no período em estudo, verifica-se que não ocorreram mudanças importantes, apesar de as distribuições não serem estáveis. Comparando-se a distribuição anual com a média para o período, observa-se no caso do crédito de custeio uma leve redução na proporção das DIRAs de Ribeirão Preto, Campinas e Araçatuba, um crescimento na de São José do Rio Preto e São Paulo, e uma relativa estabilidade nas demais. Quanto à distribuição do crédito de investimento, as oscilações são mais acentuadas, dependendo do tipo de investimento incentivado e do produto de cada DIRA, não permitindo caracterizar tendências de mudança na distribuição ao longo do tempo.

3.2 - Distribuição do Crédito Rural por Tamanho de Propriedade

As pequenas propriedades, que constituem 56,8% do número de propriedades rurais do Estado, ocupando 8,9% da sua área agrícola, representavam 45,9% dos imóveis rurais usuários de crédito rural (quadro 5); 23,5% dos

QUADRO 2. - Distribuição do Valor do Crédito de Custeio por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1973/74 a 1978/79

(em porcentagem)

DIRA	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	Média
São Paulo	1,2	1,1	1,4	2,4	3,1	3,2	2,1
Vale do Paraíba	1,5	0,7	1,0	0,8	0,6	1,2	1,0
Sorocaba	11,2	8,6	7,7	10,1	11,2	10,3	9,8
Campinas	16,0	17,9	11,6	17,2	12,4	12,3	14,6
Ribeirão Preto	25,5	25,9	38,2	25,4	23,5	23,5	27,0
Bauru	4,7	4,5	4,7	6,1	5,8	4,0	5,0
São José do Rio Preto	8,8	10,6	8,0	11,6	12,4	16,4	11,3
Araçatuba	6,3	4,5	4,3	3,8	5,4	5,0	4,8
Presidente Prudente	9,0	9,5	7,5	7,6	7,7	9,3	8,4
Marília	15,8	16,7	15,6	15,0	17,9	14,8	16,0
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Distribuição do Valor do Crédito de Investimento por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1973/74 a 1978/79

(em porcentagem)

DIRA	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	Média
São Paulo	3,5	1,7	2,4	2,5	2,4	4,6	2,8
Vale do Paraíba	2,0	3,0	1,9	1,5	1,8	0,7	1,8
Sorocaba	8,2	9,7	11,2	8,7	9,1	8,9	9,3
Campinas	14,8	12,9	13,4	10,3	10,4	7,2	11,5
Ribeirão Preto	22,7	13,0	18,9	28,3	21,9	28,1	23,0
Bauru	6,5	6,7	5,2	4,8	5,2	4,2	5,4
São José do Rio Preto	11,9	12,9	11,4	13,4	14,7	19,7	14,0
Araçatuba	7,6	11,3	7,3	8,0	7,0	10,0	8,5
Presidente Prudente	11,6	9,5	10,5	10,1	11,7	8,0	10,3
Marília	11,6	14,3	17,8	12,4	15,8	8,6	13,4
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4. - Distribuição do Valor da Produção Agropecuária Estadual pelas Divisões Regionais Agrícolas, Estado de São Paulo, 1979

DIRA	Valor da produção agropecuária
São Paulo	1,00
Vale do Paraíba	2,20
Sorocaba	7,60
Campinas	15,40
Ribeirão Preto	24,00
Bauru	4,40
São José do Rio Preto	16,70
Araçatuba	9,60
Presidente Prudente	10,00
Marília	9,10
Estado	100,00

Fonte: CARVALHO, M.A. et alii (5).

imóveis desse estrato eram atendidos pelo crédito rural (2). Essas pequenas propriedades absorveram apenas 17,7% e 16,8% respectivamente, do volume total dos créditos de custeio e de investimento aplicados na agricultura paulista, no período de 1973/74 e 1978/79. Portanto, o volume de crédito utilizado pelas pequenas propriedades foi proporcionalmente o dobro da área ocupada pelas mesmas (quadros 5 e 6), o que talvez se deva ao mais intensivo aproveitamento das terras.

Por outro lado, as propriedades médias, constituindo 38,2% das propriedades do Estado e ocupando 36,7% da área agrícola estadual, correspondem

(2) Sem descontar os imóveis rurais improdutivos. Subtraindo-se estes do total, esta proporção eleva-se para mais de 33% conforme CARVALHO et alii (5). Os dados de número e de área dos imóveis rurais, por estrato, são os fornecidos pelo recadastramento do INCRA em 1972.

QUADRO 5. - Número e Área dos Imóveis Rurais e Relação entre o Número Total de Imóveis Rurais e dos Imóveis com Usuários de Crédito de Custeio e Investimento, Três Estratos de Área, São Paulo, Média de 1973/74 a 1978/79

Tamanho	Estrato (ha)		Total de imóveis rurais (1)			
			Número (2)	%	Área (2)	%
			(a)	(b)	(c)	(d)
Pequeno	3,0	a 30,0	146.460	56,8	2.063.633	8,9
Médio	30,1	a 300,0	98.549	38,2	8.490.847	36,7
Grande	Acima de 300,0		12.946	5,0	12.591.314	54,4
Total	-		257.955	100,0	23.145.794	100,0

Tamanho	Estrato (ha)		Imóveis com usuários de crédito rural		(5) / (1) %
			Número	%	
			(e)	(f)	
Pequeno	3,0	a 30,0	34.363	45,9	23,5
Médio	30,1	a 300,0	35.710	47,7	36,2
Grande	Acima de 300,0		4.791	6,4	37,0
Total	-		74.864	100,0	29,0

(1) Dados referentes ao recadastramento do INCRA de 1972.

(2) Pino, F.A. (7).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6. - Distribuição dos Valores dos Créditos de Custeio e de Investimento, Três Estratos de Área, Estado de São Paulo, 1973/74 a 1978/79

(em porcentagem)

Tamanho	Estrato (ha)	Crédito de custeio							Média
		1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79		
Pequeno	3,0 a 30,0	19,7	19,5	14,4	16,6	22,1	13,8	17,7	
Médio	30,1 a 300,0	46,6	50,5	61,3	53,9	49,3	48,9	51,7	
Grande	Acima de 300,0	33,7	30,0	24,3	29,5	28,6	37,3	30,6	
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Tamanho	Estrato (ha)	Crédito de investimento							Média
		1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79		
Pequeno	3,0 a 30,0	16,3	12,5	15,3	18,5	15,9	22,6	16,8	
Médio	30,1 a 300,0	56,7	58,7	55,5	52,9	56,4	47,3	54,6	
Grande	Acima de 300,0	27,0	28,8	29,2	28,6	27,7	30,1	28,6	
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

a cerca de 47,7% do total de propriedades que utilizaram crédito rural. Das propriedades deste estrato, 36,2% foram atendidos pelo crédito rural de custeio e/ou investimento (quadro 5). Ao mesmo tempo, essas propriedades utilizaram, no período em estudo, cerca de 51,7% e 54,6% do volume dos créditos rurais de custeio e de investimento que foram aplicados no Estado, respectivamente (quadro 6). Uma maior concentração do volume de crédito rural neste estrato se deve ao fato de que, provavelmente, nestas propriedades se concentra a maior parcela da área cultivada com café, soja, citrus, milho, cana-de-açúcar e algodão, que são as culturas que absorvem maior proporção do crédito rural utilizado no Estado. Esta hipótese é baseada nos dados do ano agrícola de 1978/79 (quadro 7), quando, considerando as áreas cultivadas com os principais produtos, constata-se que as propriedades médias são responsáveis por 45,2% da área cultivada estadual, nelas se concentrando 48,0% da área cultivada que foi financiada.

Embora os dados indiquem que menor parcela dos imóveis menores seja beneficiária do crédito rural, relativamente aos maiores, deve-se levar em conta que grande parte dos imóveis pequenos constituem-se, apenas, de áreas de lazer, em especial em regiões próximas aos grandes centros urbanos. Não se pode, então, concluir desta indicação que os pequenos produtores têm mais difícil acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural, em São Paulo; o que se pode suspeitar é de que os produtores que trabalham mais ao nível de subsistência não se engajam neste sistema (5).

Relativamente à área cultivada, nas propriedades pequenas situavam-se apenas 15,5% da área cultivada, e 11,8% da área cultivada financiada no Estado, em 1978/79 (quadro 7), o que é consistente com a participação dessas propriedades no volume de 13,8% do crédito de custeio, que coube a elas naquele ano (quadro 6).

Os imóveis rurais grandes, que constituem 5,0% dos imóveis rurais do Estado, ocupando 54,4% da área agrícola estadual, tiveram uma participação de 6,4% no total dos imóveis com usuários de crédito rural; 37,0% tiveram acesso ao crédito, constituindo, juntamente com os médios, o grupo com maior acesso aos financiamentos rurais (quadro 6). Por outro lado, esses imóveis absorveram, no período em análise, 30,6% e 28,6% do volume dos créditos de custeio e de investimento que foram aplicados na agricultura paulista, respectivamente (quadro 6), sendo que no ano agrícola de 1978/79 essas propriedades foram responsáveis por 39,3% da área cultivada e 40,2% da área cultivada financiada do Estado (quadro 7).

Estes dados indicam que as propriedades médias foram, em termos re

QUADRO 7. - Distribuição das Áreas Cultivada e Financiada, Três Estratos de Área, Estado de São Paulo, 1978/79

(em porcentagem)

Tamanho	Estrato (ha)	Área cultivada (¹)	
		Total	Financiada
Pequeno	3,0 a 30,0	15,5	11,8
Médio	30,1 a 300,0	45,2	48,0
Grande	acima de 300,0	39,3	40,2
Total		100,0	100,0

(¹) Algodão, amendoim das águas e da seca, arroz, cana-de-açúcar, café, feijão das águas e da seca, milho e soja.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

lativos, as mais bem atendidas pela política de crédito rural no período em análise, vindo logo em seguida as grandes e, por fim, em situação inferior, as pequenas propriedades, principalmente quando se levam em consideração a área cultivada e a área cultivada financiada.

3.3 - Utilização do Crédito de Custeio Agrícola

A análise da utilização do crédito de custeio agrícola, feita para o ano agrícola de 1978/79 verifica primeiramente, como ele foi distribuído entre as principais culturas do Estado e, em seguida, essa análise é detalhada por tamanho de propriedade.

Os dados do Banco Central do Brasil (BACEN) sobre a distribuição do financiamento de custeio agrícola por cultura no ano de 1978, indicam que apenas oito culturas já absorvem 73% desse crédito distribuído no Esta-

do (quadro 8); cabe ressaltar o café e a cana-de-açúcar, pois a essas duas culturas coube 40% do total, enquanto a participação do feijão foi de apenas 1,6%, antecedida do amendoim e do arroz com, respectivamente, 2,7% e 3,0% de participação.

Considerando a área cultivada e a financiada no ano agrícola de 1978/79, no Estado de São Paulo, observa-se que a soja teve uma área financiada superior à cultivada (quadro 9), o que se deve provavelmente, a uma subestimação na área cultivada, ou a uma superestimação na área financiada, talvez porque o valor financiado por hectare no ano agrícola de 1978/79 tenha sido muito reduzido, fazendo com que o agricultor superestimasse a área plantada para fins de financiamento. As outras duas culturas com um grande acesso ao financiamento foram: o café, com 96,3% da área de café em produção, e o algodão com 89,9% da área cultivada. Na seqüência, têm-se a cana-de-açúcar (apenas soca e ressoca, uma vez que a cana-planta utiliza crédito de investimento) e milho, ambas com cerca de 75% da área cultivada financiada, o amendoim com 70,0%, o arroz com 66% e o feijão com 40,5% (quadro 9). Esses dados indicam que os produtos de exportação e/ou agroindustriais levaram uma nítida vantagem em relação aos produtos alimentares básicos.

A análise da distribuição do crédito por área cultivada para os principais produtos e por tamanho de propriedade será efetuada para aquelas regiões em que o produto tem maior importância relativa:

3.3.1 - Algodão

É um produto cuja distribuição de crédito, tanto no que diz respeito à área financiada quanto ao montante, parece coerente com a distribuição da área cultivada no Estado do ponto de vista regional (quadro 10): quanto ao tamanho do imóvel há uma certa variação, pois as propriedades de área superior a 300ha, cultivando 36,5% de área, absorveram 28,7% do valor do financiamento à cultura, mas com 29,3% da área de cultura financiada (quadro 12). Praticamente 50% da área cultivada se deve aos imóveis entre 30,1 e 300,0ha, que concentram também 55,8% da área financiada, absorvendo 55,1% do crédito de custeio destinado ao algodão.

As regiões mais representativas na produção de algodão são as DI-RAS de Ribeirão Preto e Campinas, que somaram nesta safra 55% da área cultivada no Estado, absorvendo 51% do crédito de custeio à cultura (quadro 11).

QUADRO 8. - Distribuição do Crédito de Custeio Agrícola entre Culturas, Estado de São Paulo, 1978

Cultura	Crédito de custeio agrícola	
	Valor (Cr\$1.000)	%
Algodão	1.824.078	8,8
Amendoim	560.294	2,7
Arroz	620.015	3,0
Cafê	5.160.404	24,8
Cana-de-açúcar	3.160.589	15,2
Feijão	347.057	1,6
Milho	1.861.512	8,9
Soja	1.660.470	8,0
Outras	5.635.685	27,0
Total	20.831.146	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 9. - Área Cultivada e Financiada de Algumas Culturas, Estado de São Paulo, 1978/79

Cultura	Relação entre a área financiada e o total da área cultivada		
	Área cultivada	Área financiada	(.2)/(1)
	(ha) (1)	(ha) (2)	% (3)
Algodão	283.600	254.949	89,9
Amendoim	203.377	142.344	70,0
Arroz	300.395	198.275	66,0
Cana-de-açúcar ⁽¹⁾	928.201	696.621	75,0
Cafê ⁽²⁾	794.839	765.393	96,3
Feijão	351.481	142.342	40,5
Milho	1.054.491	798.443	75,7
Soja	435.788	589.868	110,1

(¹) Área de soca e ressoca.

(²) Área do café em produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 10. - Distribuição da Área Cultivada, Financiada e Valor do Financiamento, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, 1978/79
(em porcentagem)

Cultura e DIRA	Área cultivada	Área financiada	Valor do financiamento
Algodão			
Ribeirão Preto	27,7	25,6	26,9
Campinas	27,4	26,5	24,6
S.J.R. Preto	15,0	17,3	16,0
Amendoim das águas			
Ribeirão Preto	28,6	24,6	24,0
Presidente Prudente	32,6	25,2	22,2
Marília	16,4	29,3	31,6
Amendoim da seca			
Ribeirão Preto	5,4	4,5	6,6
Presidente Prudente	49,9	47,2	56,0
Marília	16,8	22,5	19,2
Arroz			
Sorocaba	14,6	16,3	13,5
Ribeirão Preto	13,7	14,8	7,5
S.J.R. Preto	24,7	19,9	16,2
Cana-de-açúcar (p/indústria)			
Campinas	29,0	33,8	36,6
Ribeirão Preto	41,7	32,5	23,9
Bauru	14,2	7,7	8,9
Café			
Ribeirão Preto	18,8	16,9	17,8
S.J.R. Preto	25,8	31,7	31,3
Marília	16,3	14,0	16,0
Feijão das águas			
Sorocaba	71,2	73,4	68,8
Campinas	3,9	3,3	2,8
Ribeirão Preto	2,4	13,4	14,3
Feijão da seca			
Sorocaba	75,8	92,1	92,5
Campinas	4,6	0,4	0,3
Presidente Prudente	6,3	3,2	3,1
Milho			
Sorocaba	19,4	14,9	13,6
Ribeirão Preto	22,2	32,2	34,1
S.J.R. Preto	14,4	10,9	11,8
Soja			
Sorocaba	4,1	9,0	7,3
Ribeirão Preto	52,9	40,1	37,7
Marília	34,8	45,2	48,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11. - Distribuição da Área Cultivada, Área Financiada e Valor do Financiamento por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1978/79
(em porcentagem)

Cultura e tamanho do imóvel (ha)	Área cultivada	Área financiada	Valor do financiamento
Algodão			
3,0 a 30,0	13,7	14,9	16,2
30,1 a 300,0	49,8	55,8	55,1
acima de 300,0	36,5	29,3	28,7
Amendoim das águas			
3,0 a 30,0	21,1	14,3	11,0
30,1 a 300,0	53,2	52,3	51,7
acima de 300,0	25,7	33,4	37,3
Amendoim das secas			
3,0 a 30,0	23,6	18,7	15,0
30,1 a 300,0	49,6	43,3	56,4
acima de 300,0	26,8	38,0	28,6
Arroz			
3,0 a 30,0	19,5	7,0	12,0
30,1 a 300,0	51,5	47,8	30,9
acima de 300,0	29,0	45,2	57,1
Cana-de-açúcar (p/indústria)			
3,0 a 30,0	8,4	8,8	8,6
30,1 a 300,0	31,8	29,0	27,4
acima de 300,0	59,8	62,2	64,0
Cafê			
3,0 a 30,0	23,5	24,2	22,1
30,1 a 300,0	52,0	54,7	55,3
acima de 300,0	24,5	21,1	22,6
Feijão das águas			
3,0 a 30,0	36,0	3,6	1,3
30,1 a 300,0	47,6	74,6	74,4
acima de 300,0	16,4	21,8	24,3
Feijão da seca			
3,0 a 30,0	27,4	19,0	21,1
30,1 a 300,0	52,4	42,5	43,9
acima de 300,0	20,2	38,5	35,0
Milho			
3,0 a 30,0	15,3	5,0	5,3
30,1 a 300,0	50,7	51,3	57,3
acima de 300,0	34,0	43,7	37,4
Soja			
3,0 a 30,0	6,3	10,0	12,6
30,1 a 300,0	43,2	45,0	49,8
acima de 300,0	50,5	45,0	37,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

3.3.2 - Amendoim

A produção de amendoim está centralizada nas DIRAs de Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Marília, somando 77,6% e 72,1% da área cultivada com amendoim das águas e da seca respectivamente no Estado de São Paulo no ano agrícola de 1978/79 (quadro 10). Embora a DIRA de Marília responda com a menor parcela de área cultivada com amendoim, 16,4%, é a DIRA que recebeu nesta safra a maior parcela dos financiamentos destinados à cultura no Estado, 31,6%, enquanto a situação se inverte para Presidente Prudente, cujos percentuais são de 32,6% e 22,2%, considerando-se em ambas as comparações apenas o amendoim das águas. Ribeirão Preto, responsável por 28,6% da área cultivada com a cultura das águas, tem sua participação reduzida a 5,4% na cultura da seca, sendo ainda mais reduzida (4,5%) a parcela da área financiada neste período nesta DIRA. Destaca-se a cultura da seca em Presidente Prudente, com 50% da área cultivada e 56% do montante de crédito de custeio destinado a esta cultura no Estado, neste ano (quadro 10).

No que concerne ao tamanho de propriedade, tanto para o amendoim das águas como da seca, as menores propriedades cultivando mais de 20% da área, receberam apenas pouco mais de 10% do montante de crédito concedido à cultura, sendo melhor atendidos os imóveis maiores. Para a cultura da seca, às médias propriedades foram as que receberam maior assistência financeira, quando se compara área com o crédito aplicado na cultura (quadro 11).

3.3.3 - Arroz

Para esta cultura, observa-se nítida concentração de crédito nas grandes propriedades, pois, respondendo por 29% da área cultivada com arroz em 1978/79, absorveram 57% do montante do financiamento de custeio utilizado nesta cultura, enquanto o estrato médio, embora responsável pelo cultivo de mais da metade da área, contou com apenas 31% dos recursos (quadro 11).

Embora 53% da área cultivada com arroz no Estado, tenham se localizado, nesta safra, nas DIRAs de Sorocaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, essas regiões tiveram uma participação de apenas 37,2% no montante de crédito concedido à cultura, somando, no entanto, 51% da área de arroz financiada, o que leva à conclusão de que o valor financiado por área é mais redu

zido nestas regiões do que no restante do Estado. Note-se Ribeirão Preto que, representando 14,8% da área de arroz financiada, absorveu somente 7,5% do crédito de custeio destinado à cultura (quadro 10).

3.3.4 - Cana-de-açúcar para indústria

Destacam-se as maiores propriedades, que respondem por quase 60% da área cultivada com cana no Estado, absorvendo 64% do montante de custeio agrícola concedido a esta cultura. A distribuição do crédito de custeio mostrou que às propriedades, com área de 30,1 a 300,0ha, coube 29% da área financiada e 27,4% do montante de crédito concedido, embora este estrato concentrasse 32% da área de cana-de-açúcar estadual (quadro 11).

Geograficamente, esta cultura se concentra nas DIRAs de Ribeirão Preto e Campinas, que cultivam respectivamente 41,7% e 29,0% da área da soca e ressoca de cana-de-açúcar do Estado, estando em terceiro lugar a DIRA de Bauru com 14,2% daquela área. Embora Ribeirão Preto mostre a maior parcela de área, o mesmo não acontece com relação à área financiada, que representa 32,5%, correspondendo a um montante financiado bastante reduzido, 23,9% do total; o mesmo fato aconteceu em Bauru, que sendo responsável por 14,2% da área absorveu apenas 8,9% do valor do financiamento para esta cultura. Já na DIRA de Campinas dá-se o inverso, com 33,8% da área e 36,6% do montante de crédito, embora a área de cultivo tenha sido de apenas 29% nesta safra (quadro 10).

3.3.5 - Café

Em termos de tamanho de propriedade, pode-se dizer que a distribuição de crédito praticamente acompanhou a distribuição de área, com ligeira diferença nos imóveis de área entre 30,0 e 300,0ha que cultivando 52,0% de área absorveram 55,3% do montante de crédito concedido à cultura (quadro 11).

Pouco mais de 1/4 da área cultivada com café localiza-se na DIRA de São José do Rio Preto, sendo esta a maior beneficiada pelos financiamentos concedidos à cultura, com 31,3% do total. Às DIRAs de Ribeirão Preto e Marília couberam respectivamente 17,8% e 16,0% do valor financiado, percen-

tuais bastante próximos às respectivas participações na área cultivada no Estado (quadro 10).

3.3.6 - Feijão

Esta cultura é produzida em sua maior parte nos imóveis de área entre 30,0 e 300,0ha (quadro 12), sendo que mais de 70% da área cultivada se localiza na região agrícola de Sorocaba (quadro 10).

Os dados para o feijão da seca indicam que 52,4% da área se localizava nas propriedades de 30,1 a 300,0ha, sendo que estas propriedades concentram 42,5% da área financiada e 43,9% do valor do financiamento do ano agrícola de 1978/79. Já para o feijão das águas, as propriedades de 30,1 a 300,0ha concentravam 47,6% da área com a cultura no Estado, mas a distribuição do crédito indicava que 74,4% era absorvido por essas propriedades, discrepância aparentemente excessiva, que reduz a confiabilidade das informações (quadro 11).

3.3.7 - Milho

A área cultivada com milho concentrou-se nas propriedades de 30,0 a 300,0ha (51%), que utilizaram 57% do montante do financiamento para essa cultura em 1978/79. As grandes propriedades apresentavam situação semelhante, enquanto aos imóveis de menor área coube apenas 5,3% do crédito concedido, embora participassem com 15,3% da área cultivada com a cultura (quadro 11).

Esta é uma cultura bastante disseminada em todo o estado, localizando-se em Ribeirão Preto 22,2% da área de cultivo no Estado, 32,2% da área financiada e 34,1% do valor do financiamento concedido à cultura em 1978/79. Foi, portanto, a DIRA que teve a maior proporção da cultura financiada (quadro 10).

3.3.8 - Soja

Para esta cultura, observou-se que a área financiada declarada pelos produtores mostrou-se superior àquela cultivada no Estado de São Paulo. Semelhante resultado foi obtido ao se fazer uma estimativa da área financiada com base no crédito concedido à cultura, preço mínimo e rendimento médio, utilizando-se o limite máximo financiável na ocasião, ou seja, 60% do valor de produção (4). No entanto, como as discrepâncias observadas foram mais acentuadas na DIRA de Sorocaba e considerando-se que, quanto ao tamanho do imóvel são os menores os que mostram maior área financiada que cultivada, pode-se supor que ocorreram problemas nos dados, dificultando a análise.

Cabe ressaltar que a esta cultura coube, em 1978, 8% do crédito de custeio agrícola distribuído no Estado, e que a área cultivada se concentra nas DIRAs de Ribeirão Preto com 52,9% e Marília com 34,8% (quadros 10 e 11).

3.4 - Utilização do Crédito de Custeio Pecuário

O custeio pecuário normalmente absorve no Estado montante reduzido do total do crédito quando comparado ao custeio agrícola. Em 1978, por exemplo, o custeio pecuário não chegou a 20% do valor aplicado no custeio agrícola.

Observa-se a predominância da avicultura, que recebeu pouco mais da metade de todo o montante do custeio destinado à pecuária (quadro 12). Provavelmente por esta razão os imóveis de até 30,0ha chegam a se beneficiar de 35,1% do crédito distribuído no Estado, cabendo 36% aos de área de 30,0 a 300,0ha e 28,9% aos de área acima de 300ha.

3.5 - Utilização do Crédito de Investimento

Para o crédito de investimento, somente foi possível obter informações discriminadas para formação de cultura perene e para aquisição de máquinas e implementos. Os demais itens foram agrupados.

Para o ano de 1973, dados estatísticos de crédito rural para São

QUADRO 12. - Valor de Distribuição do Crédito para Custeio Pecuário, Estado de São Paulo, 1978

Atividade	Valor (Cr\$1.000)	Distribuição (%)
Avicultura	2.122.256	51,3
Bovinocultura	1.296.362	31,3
Outras	716.564	17,4
Total	4.135.182	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Paulo mostram que 14,6% do crédito de investimento total coube à formação de culturas, inclusive pastagens, e 37,3% à aquisição de máquinas, totalizando estas duas finalidades pouco mais da metade do total (quadro 13). O item outros, que inclui investimento em animais, construções, etc, correspondeu a 48,1% do crédito de investimento aplicado na agricultura paulista neste ano.

QUADRO 13. - Distribuição do Crédito de Investimento entre Finalidades, Estado de São Paulo, 1978/79

Discriminação	Valor (Cr\$1.000)	%
Formação de culturas perenes (1)	1.422.607	14,6
Aquisição de máquinas e implementos	3.623.053	37,3
Outros	4.670.540	48,1
Total	9.716.200	100,0

(1) Inclusive pastagens.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Pelas informações obtidas através do levantamento efetuado, pode-se observar que financiamentos para formação de culturas foram obtidos em maior volume pelos produtores cujos imóveis são de maior área, cabendo então aos de área superior a 300ha quase a metade do crédito destinado a esta finalidade, e aos médios produtores, 33% do total (quadro 14).

Já os produtores dos pequenos imóveis, tanto em financiamento para formação de cultura como para aquisição de máquinas e implementos, não chegaram a absorver 20% do total destinado a estas finalidades.

Pouco mais da metade do crédito destinado à aquisição de máquinas foi distribuído entre produtores de área entre 30,1 a 300,0ha, concentrando-se também neste estrato os créditos destinados a outras finalidades, de tal forma que nestas propriedades foram aplicados 47,3% do crédito de investimento em 1978/79. Às propriedades de 3,0 a 30,0ha e àquelas acima de 300,0ha couberam, respectivamente, 22,6% e 30,1% do total (quadro 14).

4 - CONCLUSÕES

Constatou-se que, embora correspondendo à menor parcela, a proporção do crédito rural de custeio e investimento utilizada pelas pequenas propriedades (3,1 a 30,0ha) correspondia aproximadamente ao dobro da proporção da área ocupada por essas propriedades, e aproximadamente à proporção da área cultivada, ou ainda da área financiada das mesmas, em relação ao total. Verificou-se uma maior concentração do volume de crédito rural nas propriedades médias (30,0 a 300,0ha), que também concentraram a maior parcela da área cultivada e financiada do Estado. Numa situação intermediária, ficaram as grandes fazendas tanto em relação ao volume de crédito rural utilizado, como em relação à sua importância na área cultivada e financiada do Estado.

A análise efetuada sobre a distribuição, por DIRA, do crédito rural no Estado de São Paulo no período de 1973/74 a 1978/79 permite concluir que:

a) do total de usuários de crédito rural no Estado, 70% concentravam-se nas DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Campinas, Presidente Prudente e Marília, regiões estas que no agregado englobam 53% dos imóveis rurais do Estado;

b) maior proporção de imóveis usuários de crédito rural, em torno de 40%, foi encontrada nas DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto,

QUADRO 14. - Distribuição do Crédito de Investimento entre Finalidades, por Estrato de Área, Estado de São Paulo, 1978/79

(em porcentagem)

Tamanho	Área do imóvel (ha)	Formação de cultura perene ⁽¹⁾	Aquisição de máquinas e implementos	Outros	Total
Pequeno	3,0 a 30,0	19,5	18,8	28,8	22,6
Médio	30,1 a 300,0	33,0	51,5	48,9	47,3
Grande	Acima de 300,0	47,5	29,7	22,3	30,1
Total		100,0	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ Inclusive pastagens.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, enquanto nas DIRAS de São Paulo e Vale do Paraíba esta proporção foi de cerca de 10%; no conjunto cerca de 29% do Estado eram usuários de crédito rural, devendo-se lembrar que aproximadamente 22% dos imóveis foram considerados improdutivos;

c) maiores concentrações no valor do crédito de custeio e investimento utilizado pelos agricultores foram observadas nas DIRAS de Ribeirão Preto, Marília, Campinas e São José do Rio Preto; a exceção de Marília, eram em 1979 as regiões mais importantes do Estado em termos de participação no valor da produção agrícola.

Quanto à distribuição do crédito rural, por cultura, no ano agrícola de 1978/79, conclui-se que:

a) apenas cinco culturas - café, cana-de-açúcar, milho, algodão e soja, - absorveram 66% do crédito de custeio agrícola aplicado na agricultura paulista em 1978. No mesmo ano agrícola, a área ocupada por essas culturas correspondia a mais de 75% da área cultivada financiada;

b) para quase todas as culturas em análise, com exceção da cana-de-açúcar, a área cultivada concentrava-se nas médias propriedades, onde em geral se concentravam, também, as áreas financiadas e o valor do crédito de custeio agrícola;

c) no caso da cultura do feijão das águas e da soja, obtiveram-se dados aparentemente inconsistentes com respeito à distribuição da área cultivada e financiada por tamanho de propriedade, tornando os resultados inconclusivos;

d) o crédito de custeio agrícola absorveu mais de 50% do crédito de custeio pecuário neste ano agrícola;

e) assim como o crédito de custeio, maior volume dos créditos de investimentos se concentrou nos imóveis de 30,1 a 300,0ha, confirmando a importância dessas propriedades na agricultura estadual.

Nas culturas cuja maior parte da sua área é financiada, como café e algodão por exemplo, os imóveis de maior tamanho apresentaram menor relação entre área financiada e cultivada total, ao mesmo tempo que registraram menor participação no valor do financiamento.

No caso das lavouras que predominam nas pequenas propriedades, como arroz, milho, e amendoim, a situação se inverte. Pode-se supor que o menor amparo creditício a estes produtores se deva ao fato de que nestas propriedades as lavouras são conduzidas também para subsistência. Os imóveis de maior área, quando cultivam estes produtos, recebem apoio financeiro mais elevado.

No entanto, os resultados não permitem concluir que, de fato, os pequenos imóveis sejam menos atendidos pelos agentes financeiros do crédito rural, embora dentre eles menor número tenha obtido financiamento nestes anos. É certo que neste estrato de área, em maior proporção do que nos demais, parte dos imóveis não produz coisa alguma - em 1978/79 cerca de 41% das pequenas propriedades eram improdutivas (5), além do que, relativamente à área que ocupam, este é o tamanho de imóvel que mais absorve crédito. Como a contribuição desses imóveis na área cultivada das principais culturas é superior à correspondente área financiada, o fato de absorverem maior volume de financiamento provavelmente se deva à produção hortigranjeira, que exige maior assistência financeira, não sendo descabida a suposição de que aqueles que trabalham somente para subsistência são menos assistidos.

LITERATURA CITADA

1. ARAUJO, Paulo F.C. Aspectos da utilização e eficiência do crédito e de alguns fatores de produção na agricultura; Itapetininga-Guareí, Estado de São Paulo. Piracicaba, ESALQ/USP, 1969. 125p. (Tese-Doutorado).
2. BELSHAW, Horace. Aspectos de la oferta. In: _____. El credito agrícola en los países economicamente subdesarrollados. Roma, FAO, 1959. Parte I, p.50-73.
3. CAMPOS, Humberto & PIVA, Luiz H. de O. Dimensionamento da amostra para estimativa e previsão de safra no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 21 (3):65-88, 1974.
4. CARVALHO, Maria Auxiliadora & GIMENES, Maria Tanajura C. Comportamento evolutivo de algumas das principais culturas no Estado de São Paulo em relação à área, custo variável médio, preço mínimo e crédito de custeio agrícola. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IEA, s.d. (não publicado)
5. CARVALHO, Maria Auxiliadora et alii. Classificação dos produtores rurais do Estado de São Paulo de acordo com o valor da produção, e sua distribuição por tamanho e a localização dos imóveis. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1981. (não publicado)
6. GUIMARÃES, Mário K. Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira. São Paulo, Nobe!, 1974. 181p.
7. PINO, Francisco A. Distribuição e utilização da terra no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, 8 (11):1-68, nov. 1978.
8. SAYAD, João. Crédito rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura/FIPE, 1978. 93p.
9. SILVA, José T. Alocação de recursos e custos sociais do crédito rural com a assistência técnica em Minas Gerais. Belo Horizonte, EMATER, 1977. 65p. (Trabalho para discussão, 8)

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Comissão Editorial:

Coordenador: Ismar Florêncio Pereira

Membros: Antônio Augusto Botelho Junqueira
Sebastião Nogueira Jr.
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Roberto Vianna de Camargo
Rosa Maria Pescarini Pellegrini
Yuly Ivete Mizaki de Toledo

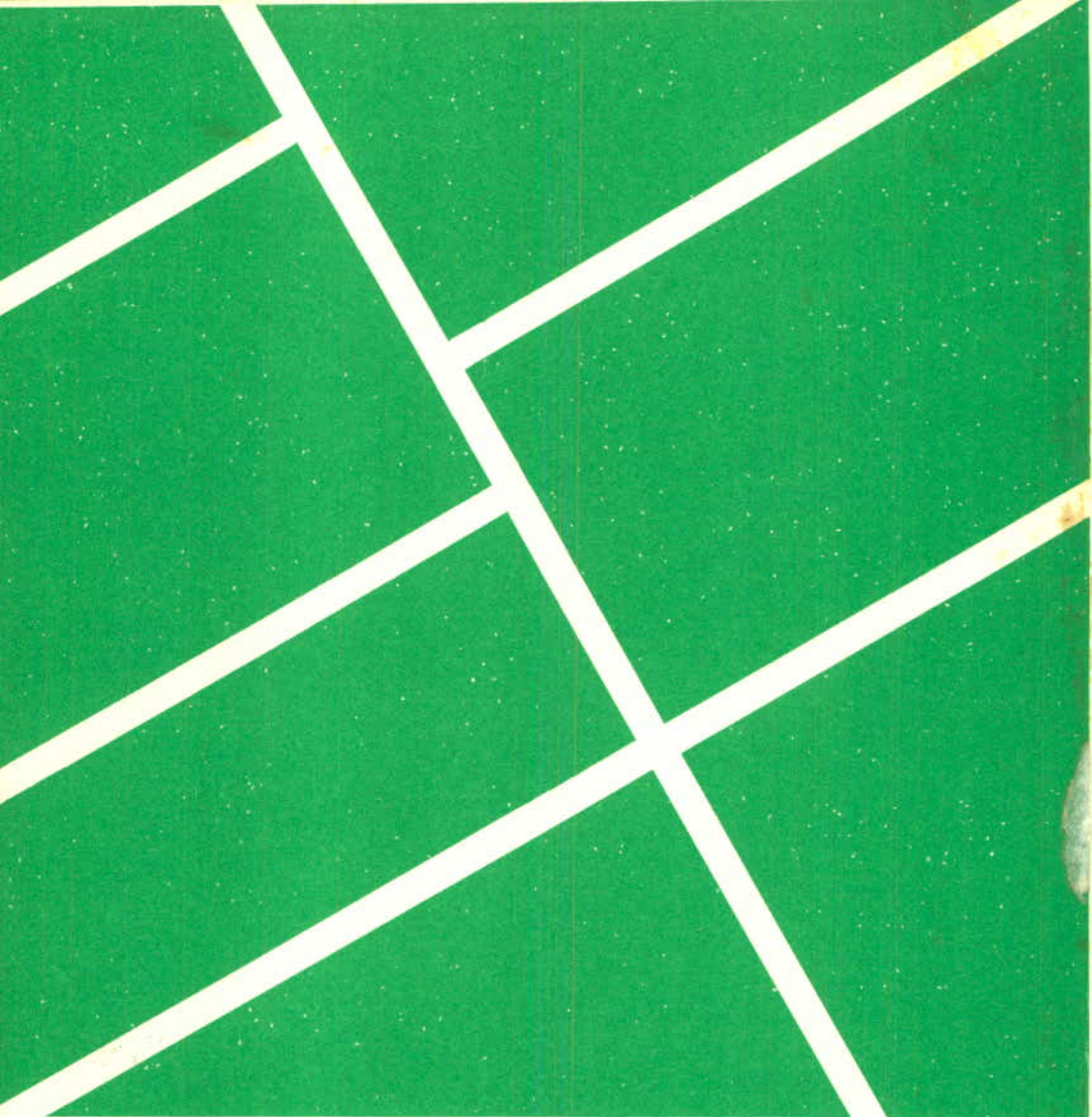
Bibliografia: Maria Luíza Alexandre Peão

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-3433 r.257



Impresso no Setor Gráfico do IEA
Av. Miguel Stefano, 3900 - 04301, São Paulo, SP



Relatório de Pesquisa
11/82

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

CAPA IMPRESSA NA